



# Relatório e Contas

**2010**

Sede Social:  
Rua João Machado, nº 86  
3000 - 226 COIMBRA

<b>I. Órgãos Sociais</b> .....	3
<b>II. Relatório do Conselho de Administração</b> .....	4
Introdução.....	4
Enquadramento macroeconómico .....	7
Sistema Bancário Nacional.....	9
Actividade .....	11
<b>Enquadramento</b> .....	11
<b>Actividade Desenvolvida</b> .....	12
<b>Política de Remunerações e prémios</b> .....	19
Análise económica e financeira.....	20
Perspectivas futuras.....	25
Agradecimentos.....	27
Proposta de aplicação de resultados .....	28
<b>III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010</b> .....	29
Balanço em 31 de Dezembro de 2010.....	29
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010.....	32
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras .....	34
<b>Introdução</b> .....	34
<b>NOTA 3 - Critérios de avaliação</b> .....	34
<b>NOTA 11 - Movimentos do activo tangível e intangível</b> .....	36
<b>NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito</b> .....	36
<b>NOTA 23 - Compromissos assumidos</b> .....	37
<b>NOTA 24 - Movimento das provisões</b> .....	38
<b>NOTA 29 - Capital Próprio</b> .....	39
<b>NOTA 31 - Outros activos e passivos</b> .....	39
<b>NOTA 34 - Volume de emprego</b> .....	41
<b>NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais</b> .....	42
<b>NOTA 39 - Outros resultados de exploração</b> .....	43
<b>NOTA 41 - Carga fiscal</b> .....	44
<b>NOTA 45 - Operações de locação financeira</b> .....	44
<b>NOTA 51 - Outras informações</b> .....	45
<b>Anexo</b> .....	47
<b>IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único</b> .....	49
<b>V. Certificação Legal de contas</b> .....	50
<b>VI. Relatório do Auditor Independente</b> .....	52

## I. Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por António José Luz Teixeira de Almeida
<b>Vice-Presidente</b>	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, representada por José Alberto Galo Varela
<b>Secretário</b>	Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

### Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vice-Presidente</b>	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por Damasceno Dias
<b>Vogais</b>	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, representada por Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Caixa Geral de Depósitos, representada por João de Deus Pires Asseiro Banco BPI, representado por Joaquim Miguel Martins Ribeiro

### Comissão Executiva

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vogais</b>	Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Joaquim Miguel Martins Ribeiro

### Fiscal único

<b>Efectivo</b>	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
<b>Suplente</b>	Armando Luís Vieira de Magalhães

## II. Relatório do Conselho de Administração

### Introdução

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2010 o seu quarto ano de actividade. O ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso instrumento de acesso ao crédito por parte das empresas numa época de contracção deste importante vector de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano transacto veio acentuar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre de 2008, com profundas incidências no mercado de crédito que foram agudizadas pela crise do financiamento da dívida soberana. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua actividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas.

Por outro lado, o custo do financiamento para os Bancos tornou-se ao mesmo tempo mais elevado, o que haveria de se transferir para os consumidores de crédito. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da actuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a percepção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da percepção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e aumento do custo associado aos financiamentos, aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transacto. Sendo a Agrogarante uma entidade umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a actividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Agrogarante continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Grupo BES, Grupo Santander Totta, Barclays Bank, Banco Português de Negócios, Caixa Central de Crédito Agrícola

Mútuos, Banco Popular Portugal, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento.

As sociedades de garantia mútua, no âmbito do Programa FINCRESCER do IAPMEI, que visa a identificação das PME Líder (empresas que pelas suas qualidades de desempenho e perfil de risco se posicionem como motor da economia nacional em diferentes sectores de actividade, prosseguindo estratégias de crescimento e liderança competitiva), tendo em vista a disponibilização de um conjunto de soluções financeiras muito favoráveis a essas empresas através da negociação de linhas de crédito com as principais entidades bancárias, permitiram estabelecer uma plataforma única de avaliação do potencial económico e perfil de risco das empresas, com a harmonização dos critérios de avaliação das diferentes entidades, tendo em conta os critérios utilizados nas linhas de crédito protocoladas entre as sociedades de garantia mútua e as instituições de crédito em questão.

O ano de 2010 ficou marcado pela intervenção da Agrogarante nas linhas PME Investe que haviam sido implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reacção à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME.

Neste sentido, em 2010 foram celebradas duas novas Linhas PME Investe: V, com dotação para 750 milhares de euros de financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 512,5 milhões de euros; VI, com dotação para 1 250 milhões de euros de Financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 670 milhões de euros e VI- Aditamento com uma dotação de 1 500 milhões de euros pressupondo a intervenção de garantia mútua até 800 milhões de euros. Estas novas linhas continuaram a ser um forte apoio para as empresas, principalmente através das sub-linhas específicas para micro e pequenas empresas (MPE), classificadas em função do número de trabalhadores, permitindo apoiar a nível nacional perto de 36 000 empresas. Em particular, no ano de 2010, a Agrogarante apoiou 1 323 empresas através destas sub-linhas.

A intervenção nestas Linhas alterou o paradigma de funcionamento da Sociedade que, por terem um período de distribuição concentrado no tempo e sendo dinamizadas pelas redes comerciais dos vários Bancos protocolados, mantiveram um elevado nível de pressão sobre a estrutura humana, tecnológica e processos. Não obstante, foi possível manter o nível de serviço, assegurando resposta às solicitações com elevados padrões de qualidade, dentro dos prazos definidos, sem perda de controlo da qualidade do crédito.

Manteve-se ainda a intervenção na Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e protocolada com o sistema bancário e as SGM no montante global de 100 milhões de euros. Esta linha para além do envolvimento de um novo e relevante parceiro no Sistema – o Ministério do Trabalho e Solidariedade

Social – tem a SPGM, como entidade encarregue pela gestão da referida Linha.

Registou-se a manutenção da trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, no entanto não tão expressivo como no ano anterior que representou um incremento sem precedentes da procura do produto garantia mútua.

A *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Agrogarante, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Agrogarante e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

A Agrogarante manteve a sua estratégia de proactividade comercial junto das empresas do tecido económico de intervenção, encontrando quer no contacto directo junto empresas quer na possibilidade de criar valor com as nossas intervenções, uma recompensa pela acção desenvolvida na oportunidade de poder actuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite uma abordagem ao mercado através do direccionamento da proactividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

Fruto da actividade desenvolvida, a Agrogarante chegou ao final de 2010 com uma carteira viva de garantias no montante de 137,7 milhões de euros, especialmente resultante da intervenção nas linhas de crédito PME Investe e PME Agro. Até final de 2010, e em termos acumulados, a sociedade contratou 1760 garantias, no valor de 161,5 milhões de euros, que permitiram às PME e empresários do sector obter um valor global de financiamento próximo dos 311,5 milhões de euros.

## Enquadramento macroeconómico

Após um ano como o de 2009 em que o produto mundial terá diminuído 0,5%, 2010 ficou marcado pela retoma mundial, tendo o produto mundial crescido cerca de 4,7% segundo as estimativas de Outubro do FMI. Não obstante, este crescimento mundial foi mais acentuado nos países em desenvolvimento e nas novas potências industrializadas – que não foram muito afectados pela crise de 2008/2009 – do que na UE ou nos EUA.

Actualmente, a zona euro enfrenta fortes desafios motivados por factores como a crise da dívida soberana da Grécia e da Irlanda, que tiveram de recorrer ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF) criado propositadamente para a ajuda à crise grega; a especulação relativa à possível intervenção deste Fundo em Portugal; os receios internacionais quanto ao possível impacto da crise mundial em Espanha; e por fim, o elevado endividamento de várias economias (agravados com as medidas anti-crise tomadas em 2009 e pelos mecanismos de apoio social).

No que à economia portuguesa diz respeito, 2010 foi um ano de retoma económica – segundo o Banco de Portugal (BdP) o PIB terá variado 1,3% – apoiada essencialmente no crescimento das exportações (e diminuição das importações) mas que acabou em forte desaceleração (particularmente no consumo privado) decorrente das medidas de austeridade tomadas para combater o elevado deficit das finanças públicas.

Portugal enfrenta agora um enorme desafio pois necessita de crescer num período de diminuição do apoio estatal, agravado com dificuldades de acesso a crédito internacional, apresentando-se esta como a única via de ultrapassar os problemas de desemprego e de convergir com os países mais desenvolvidos da UE.

A perspectiva para 2011 é que o plano de austeridade apresentado pelo Governo - cujos efeitos em particular se vão fazer sentir através da descida dos salários da função pública, da subida da taxa máxima do IVA para 23% e da diminuição das deduções fiscais - vá acentuar a diminuição do consumo privado o que, associado à diminuição do consumo público e aos anunciados cortes em quase todas as rubricas orçamentais, faz com que o BdP preveja para este ano uma variação do PIB de -1,3%.

Não obstante, caso os 0,2% de crescimento do PIB previstos no Orçamento de Estado para 2011 não sejam atingidos, mantém-se em aberto a possibilidade de serem tomadas medidas adicionais de controlo da despesa pública, de forma a cumprir o compromisso de 4,6% de deficit.

Em Dezembro de 2010 o Governo apresentou a Iniciativa para a Competitividade e o Emprego, pacote com cerca de 50 medidas pró-crescimento que se desenvolve em cinco áreas fundamentais:

competitividade da economia e apoio às exportações; simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas; competitividade do mercado de trabalho; reabilitação urbana e dinamização do mercado de arrendamento; e combate à informalidade, fraude e evasão fiscal e contributiva. Nesta altura decorrem negociações com as várias entidades envolvidas tendo em vista a formalização efectiva até ao final do primeiro trimestre de 2011.

Esta iniciativa poderá desempenhar um papel fundamental no desempenho da economia nacional e evitar a necessidade de novas medidas de austeridade se conseguir que os efeitos pró-crescimento, principalmente o investimento privado e as exportações, sejam superiores aos efeitos contraccionistas das medidas de austeridade.

Reflectindo a instabilidade económica e antecipando o efeito do plano de austeridade, o mercado bolsista português desvalorizou 10,3% durante o ano de 2010, em contraste com as principais bolsas europeias, que registaram valorizações, principalmente a partir do mês de Julho.

A inflação verificada em 2010 em Portugal, calculada pelo INE, cifrou-se nos 1,4% mas demonstra uma tendência de subida, prevendo o BdP um valor de 2,7% para 2011.



## **Sistema Bancário Nacional**

Durante 2010, o Sistema Bancário Nacional continuou a verificar dificuldades de financiamento nos mercados internacionais a taxas competitivas, em grande medida decorrentes das dificuldades financeiras do Estado, o que se reflectiu em sucessivos ajustamentos em baixa dos ratings dos bancos (em consonância com o rating do país) e várias agências de rating a manterem outlooks negativos para o futuro. Apesar disso, todos os bancos analisados nos Stress Tests de Julho passado, superaram os cenários mais adversos considerados.

Em consequência destas dificuldades, os bancos procuraram em 2010 reforçar a captação de depósitos e aumentar os seus rácios de capitais prevendo-se que, para 2011, se continue a verificar esta tendência.

Desta forma, consubstanciado nos mais recentes “Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito” (IBMC) do BdP, vem-se assistindo consecutivamente a um aumento das restrições na concessão de crédito, tanto a empresas como a particulares, através do aumento de spreads, garantias exigidas e outras despesas, e também pela diminuição quer de montantes quer de maturidades. Tal resulta sobretudo das dificuldades dos bancos no acesso a financiamento de mercado, à sua posição de liquidez e a um aumento dos riscos percebidos.

Neste contexto, as Linhas PME Investe, pelo facto de reduzirem consideravelmente o risco assumido pelos bancos no crédito que concedem, continuaram a ter um papel preponderante na possibilidade das PME acederem a financiamentos, bem como na manutenção dos níveis acentuados de crescimento verificado no Sistema Nacional de Garantia Mútua.

Para o ano de 2011, prevê-se que as dificuldades dos bancos no acesso ao crédito se irão manter enquanto não melhorarem os fundamentais de Portugal e enquanto as taxas de juro não voltarem a diminuir, com consequências na manutenção e eventual acentuação das restrições ao crédito.

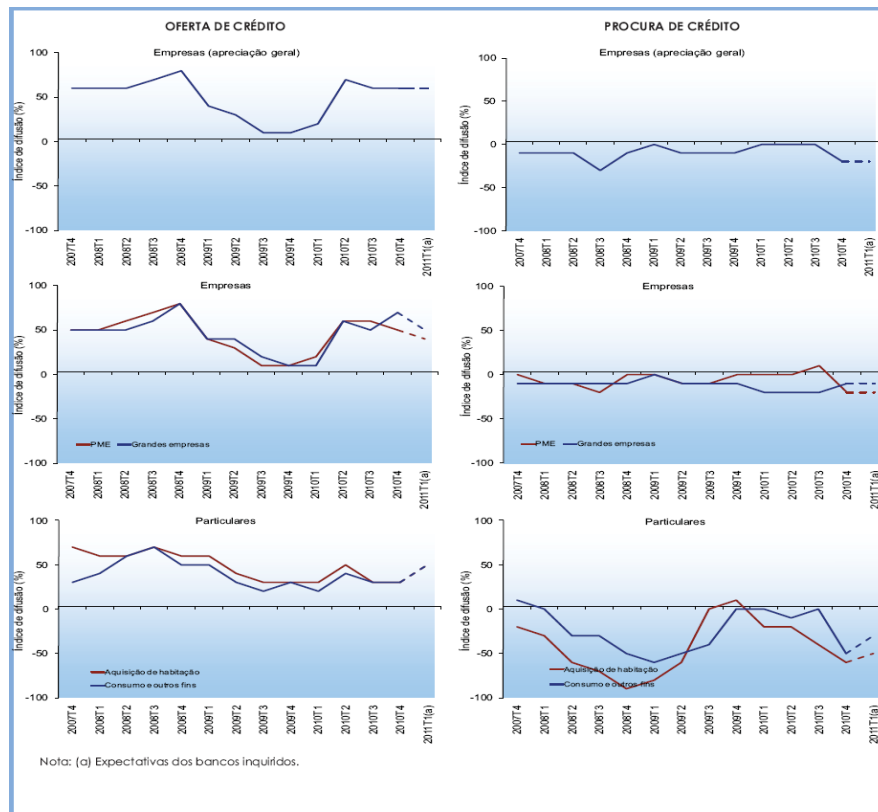


Figura 1: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas e Particulares in Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

## **Actividade**

### **Enquadramento**

Para o desempenho evidenciado pela Sociedade no exercício de 2010 em muito contribuiu a reorganização interna e o empenho de todos os colaboradores, permitindo aumentar os níveis de eficiência e a capacidade de resposta da Agrogarante. O aumento do nível de recursos humanos, as melhorias ao nível das plataformas informáticas e sobretudo o elevado grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua, foram dos agentes que contribuíram para desempenho da Sociedade.

O desempenho operacional da Agrogarante foi positivo, registando-se um crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. No entanto, o volume de contratação que se registou durante o último trimestre do ano, sem ser a este nível o factor mais relevante, influenciou negativamente as contas de exploração da Sociedade. Este impacto negativo no exercício em curso resulta do facto dos proveitos que advêm da formalização destas garantias, necessariamente especializados por períodos fiscais, não compensarem as provisões para Riscos Gerais de Crédito, obrigatórias, que foram realizadas. Todavia, as operações contratadas no período referido repercutir-se-ão na geração de proveitos em benefícios dos exercícios seguintes.

Também o efeito do aumento da sinistralidade, os indicadores negativos por parte das empresas, nomeadamente atrasos significativos no cumprimento das suas obrigações, originam um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e influenciam decisiva e negativamente os Resultados da Sociedade.

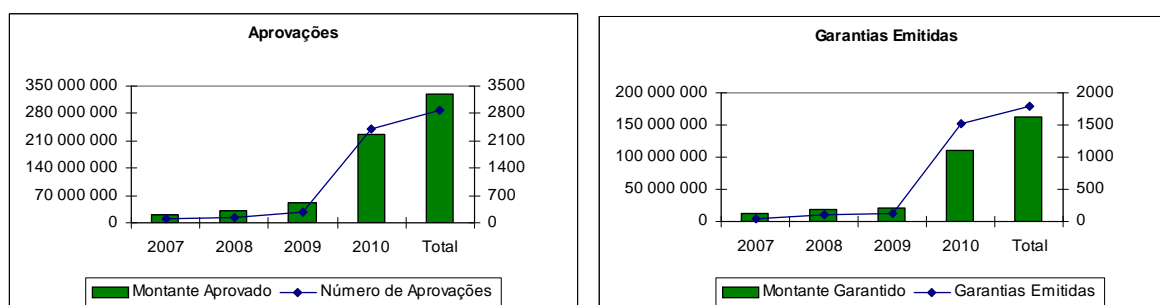
Tendo em particular atenção à conjuntura adversa da economia que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Sociedade face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida, principalmente, como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados.

## Actividade Desenvolvida

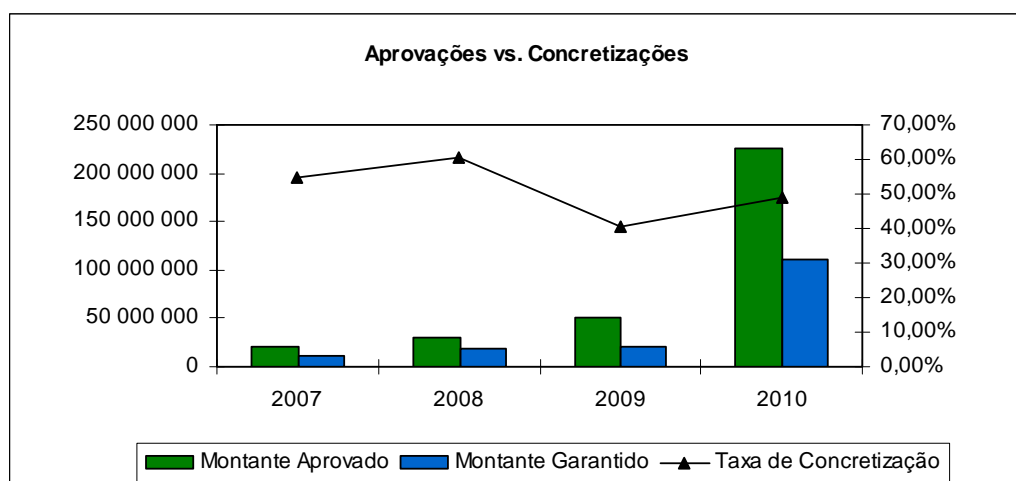
Em 2010, a Agrogarante prestou 1513 garantias que ascenderam a um total de 110,3 milhões de euros.

Para além destas garantias, ocorreram ainda, 22 renovações de garantias emitidas, representando no conjunto 4,03 milhões de euros.

As garantias prestadas ao abrigo das linhas PME Investe representam 81.21% da produção total, com um montante garantido de 89,6 milhões de euros. No mesmo período foram aprovadas 2401 garantias, no montante de 224,9 milhões de euros.



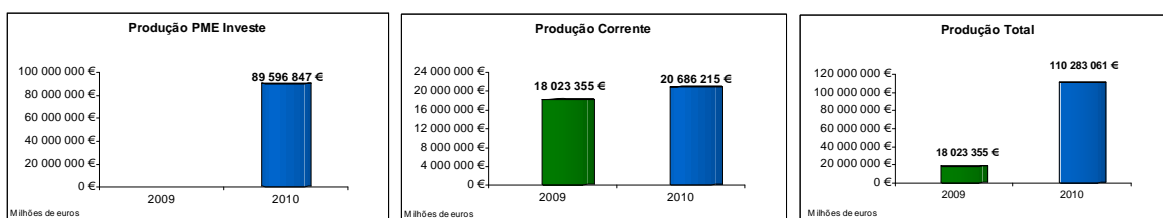
Desde o início de actividade da Agrogarante em 2007, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 161,5 milhões de euros. Fruto da intervenção nas Linhas PME Investe, em particular nas linhas específicas para MPE, verificou-se uma evolução positiva na taxa de concretização, atingindo os 49,03%.



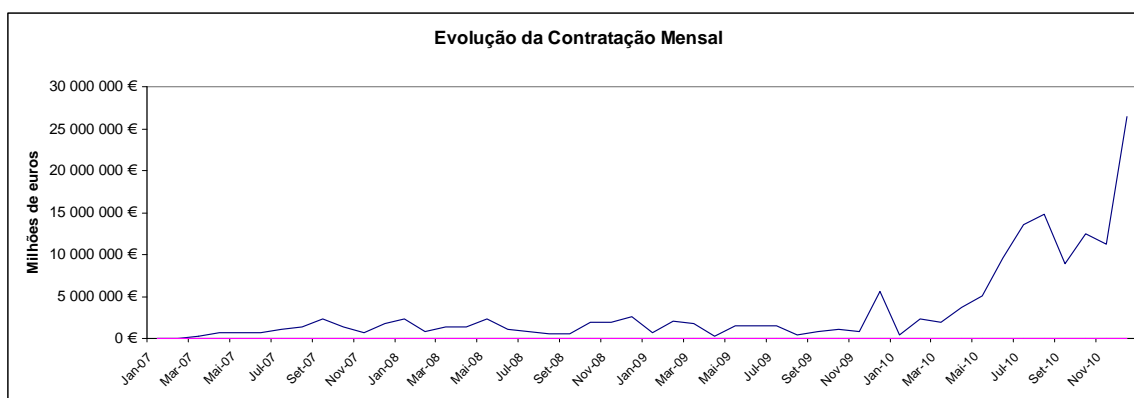
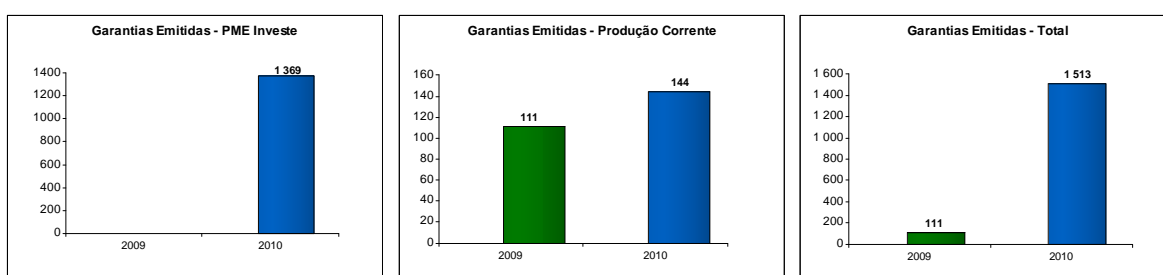
Como referido anteriormente, o crescimento da Sociedade no ano de 2010 deveu-se sobretudo à intervenção nas Linhas PME Investe. O montante de garantias emitidas ao abrigo destas linhas atingiu 89,6 milhões de euros, ainda que estas linhas tenham sido implementadas no início do segundo trimestre deste ano. No entanto importa referir que a produção corrente da Sociedade, excluindo a actuação ao abrigo das Linhas PME Investe, apresentou um crescimento de 14,77%, pese embora o consumo de recursos a que obrigou a participação nas referidas Linhas, em que a Agrogarante, praticamente com os mesmos recursos, conseguiu atingir os resultados evidenciados. É

também notório o compromisso da Agrogarante em prestar apoio a empresas do seu âmbito de actuação, em particular numa conjuntura de constrangimento no acesso ao mercado de crédito e na negociação de melhores condições de financiamento.

Em termos globais, o desempenho da Sociedade ao nível da contratação de garantias cresceu 511,89% face a 2009.

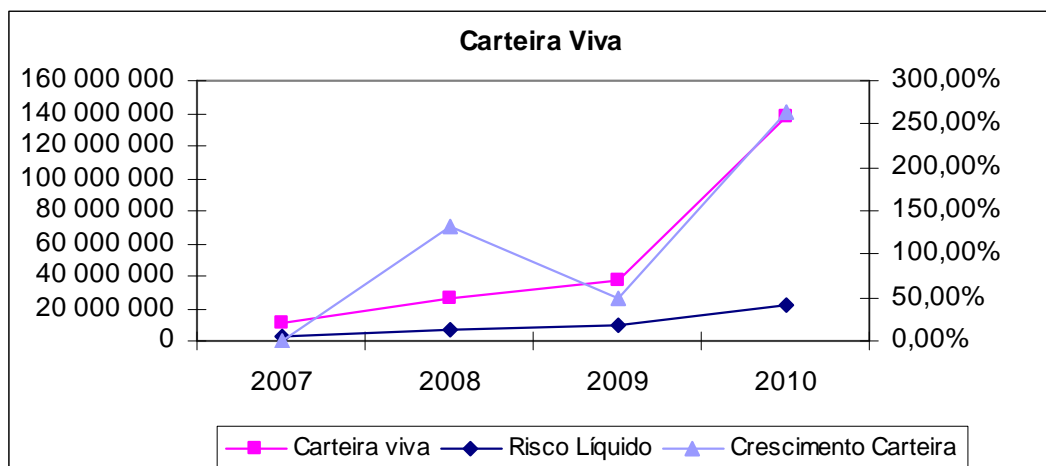


Para além do volume de produção referido anteriormente, o ano de 2010 representou um desafio à capacidade da estrutura produtiva da Agrogarante no que respeita ao processo de formalização de operações especialmente no que se tratou da contratação de garantias ao abrigo das linhas específicas para MPE. Também ao nível da produção corrente foram emitidas mais 30% de garantias, um crescimento que sendo superior ao crescimento em volume neste segmento representou um menor montante de garantia média e a intervenção junto de um maior número de empresas.



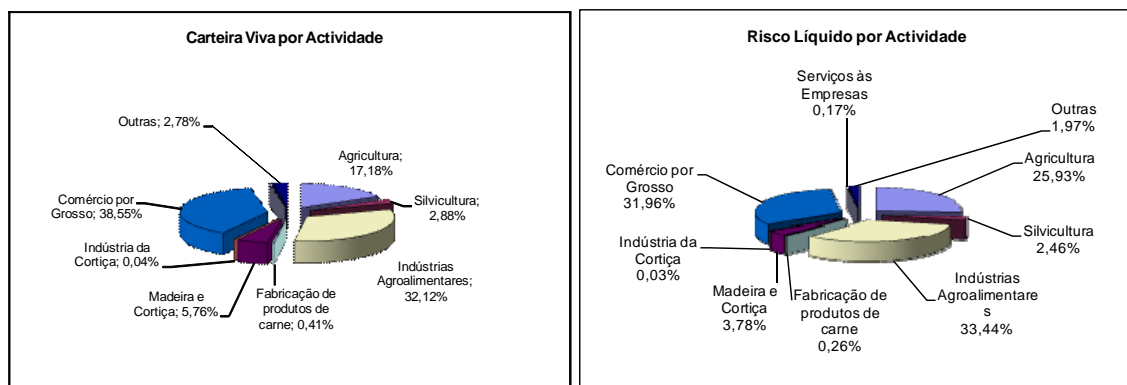
Verificou-se em 2010 um aumento de 264,45% da carteira viva de garantias face ao período homólogo do ano anterior, que resultou principalmente do aumento da produção através das linhas

PME Investe. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por um aumento do nível de contragarantia de FCGM permitindo que o ritmo de crescimento do risco líquido seja significativamente inferior à taxa de crescimento da carteira. No final de 2010 a contragarantia média da carteira situava-se em 84,12%.



Da desagregação da carteira por actividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector comércio por grosso, que corresponde a 38,55% do montante garantido, apresentando um valor de garantia média na ordem dos 68,3 mil euros. Este sector apresenta a maior concentração em termos de número de garantias vivas (45,63%), fruto essencialmente das Linhas PME Investe e dos Microcréditos (MPE) em particular, com valor médio reduzido e por conseguinte, com risco mitigado. O sector da Indústria Agro-alimentar assume também uma posição relevante na actividade da Agrogarante, representando 32,12% da carteira viva, com uma garantia viva média de 158,6 mil de euros.

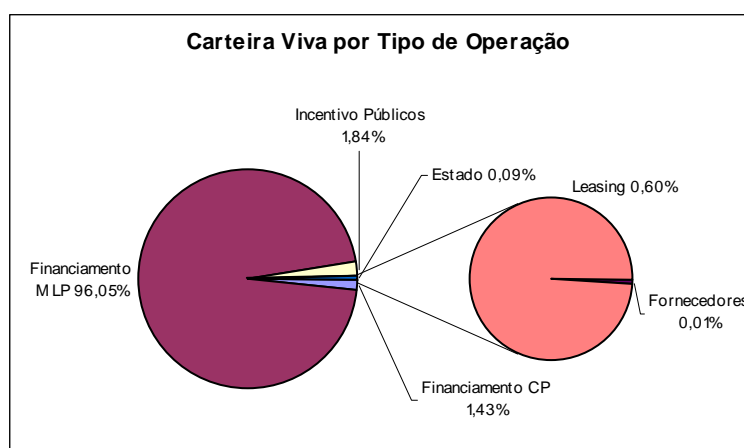
O sector da Agricultura representa 17,18% da carteira viva ainda que, no que respeita ao número de garantias vivas, este sector de actividade represente 13,37% do total das garantias. Tal reflecte o tipo de actuação junto do sector, caracterizada, em grande medida, pela intervenção através de Garantias a Empréstimos e de Garantias a Sistemas de Incentivos.



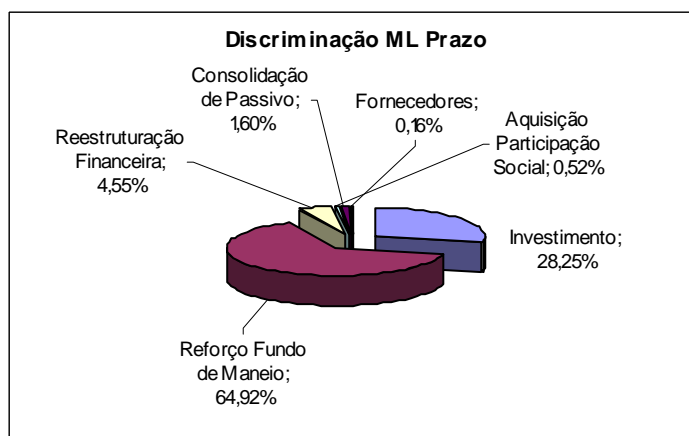
No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração através da intervenção em Financiamentos de médio/longo prazo, com 1662 garantias, que representam 97,42%

do número total de garantias vivas. O valor destas garantias é de 132,3 milhões euros. De seguida destaca-se a intervenção através financiamentos e curto prazo e de incentivos públicos, com 36 garantias, representando 2,11% do número total de garantias vivas. O valor destas garantias ronda os 4,5 milhões de euros.

No que concerne ao montante de garantia vivo por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenção em financiamento de médio/longo prazo, representando este segmento de actuação de 96,05% do montante vivo total.

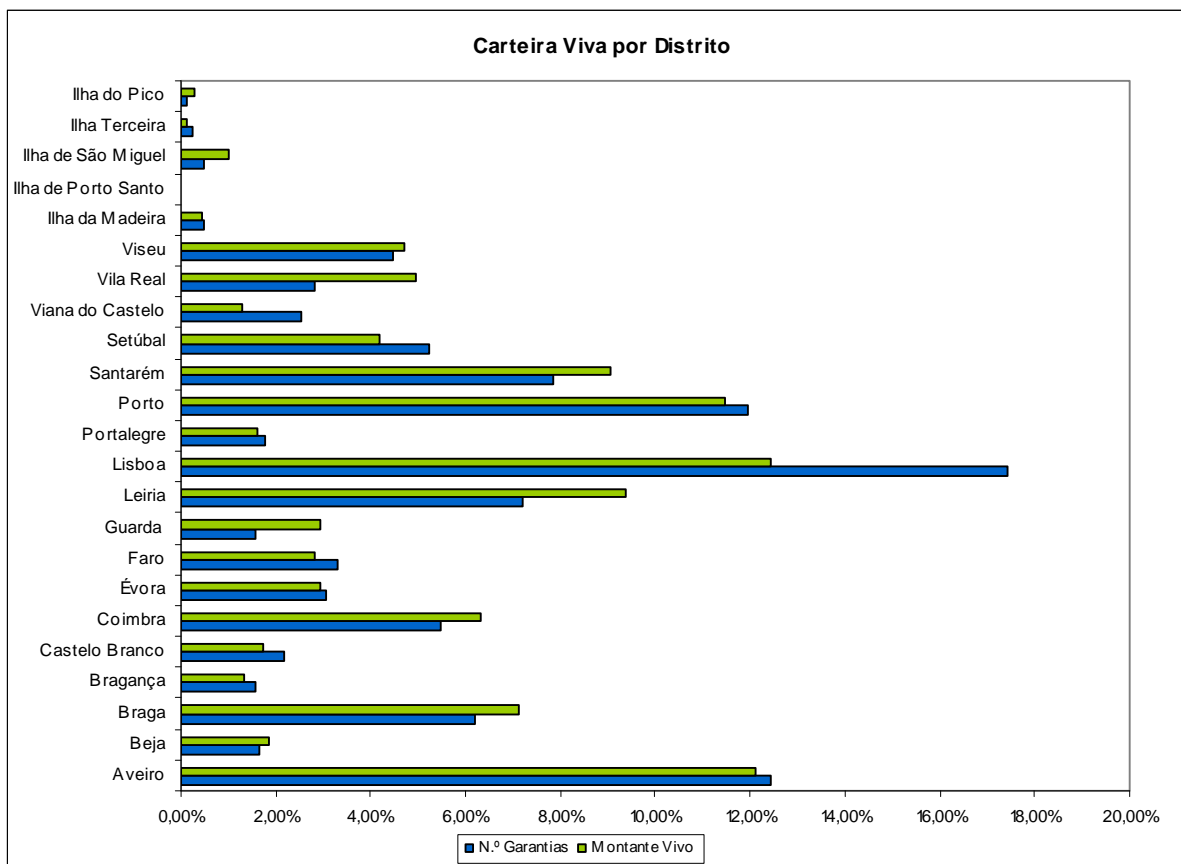


Existe uma elevada concentração da carteira em operações de Financiamento de médio e longo prazo para Reforço de Fundo Maneio e Investimentos, representando 93,17% do total da carteira. Em operações de Reforço de Fundo Maneio verifica-se 64,62% e 28,25% em Investimentos.

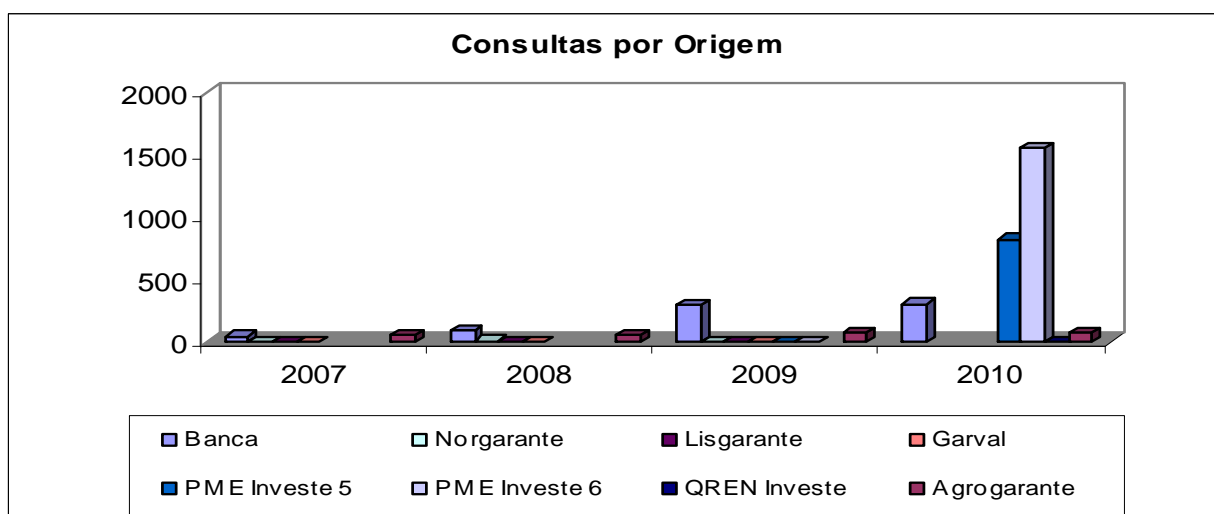


Verifica-se uma clara concentração do montante e número de garantias emitidas nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Santarém, Leiria, Braga e Coimbra.

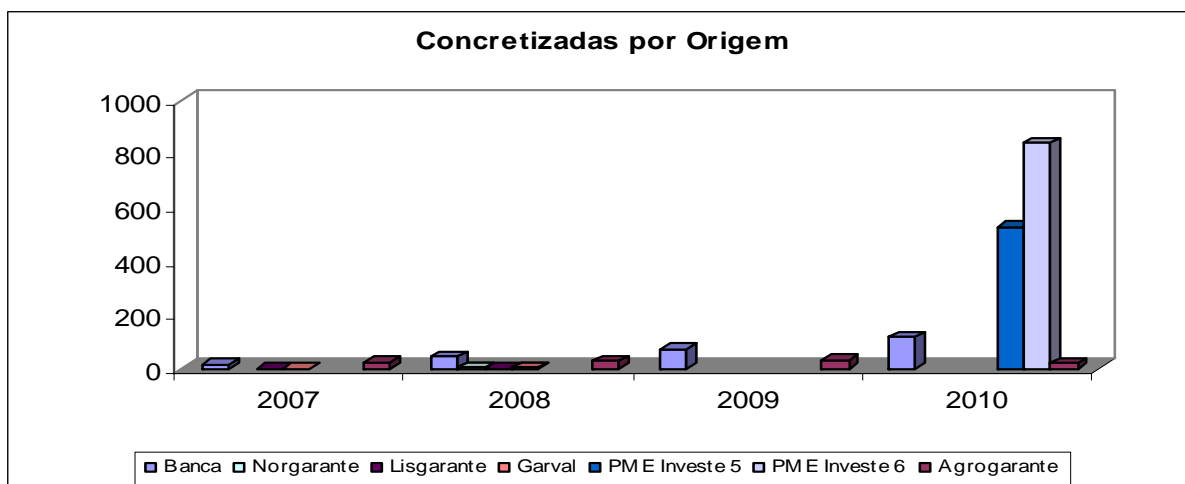
A região Autónoma dos Açores obteve um forte crescimento de carteira, com 1,9 milhões de euros.



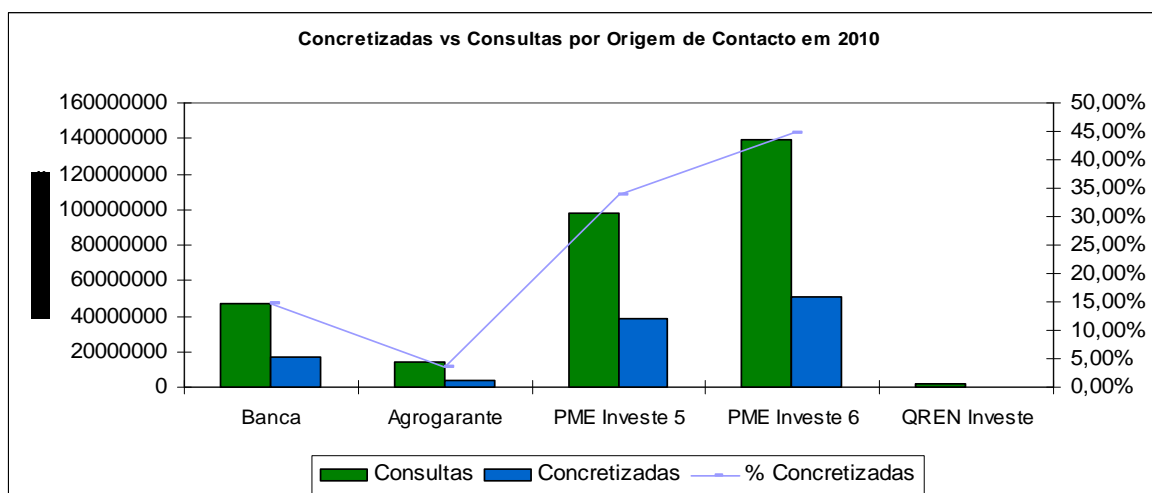
Por origem de consulta é visível uma preponderância das operações apresentadas no âmbito das linhas PME Investe. Todavia, sem deixar de ter em conta a necessidade de alocar a quase totalidade dos recursos, durante grande parte do exercício, na resposta às solicitações destas linhas, é visível um crescimento da contratação de operações propostas pela Banca em Protocolo Geral e também provenientes da linha PME AGRO.



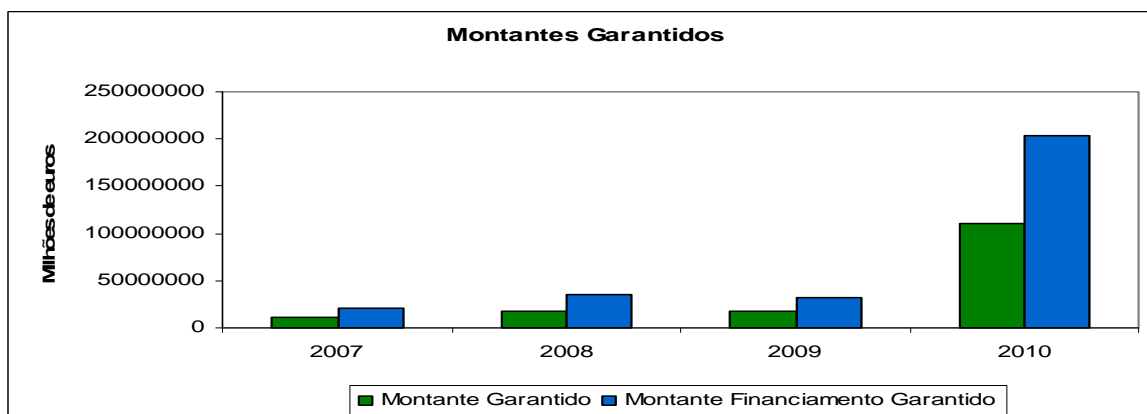




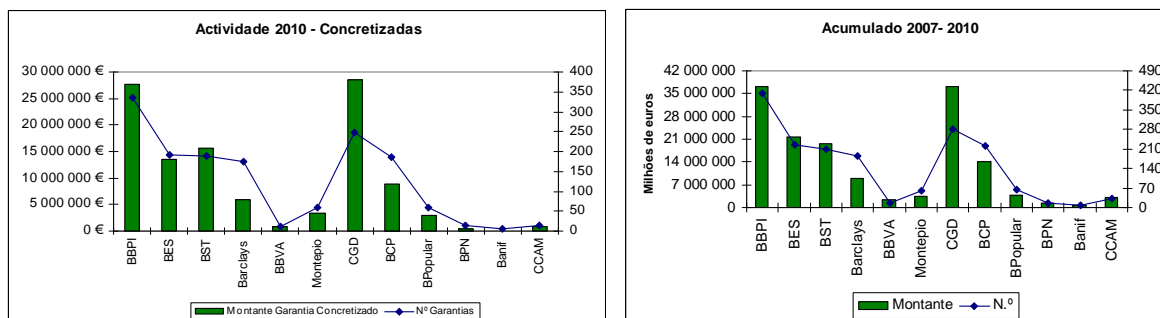
Como referido anteriormente, a locação dos recursos para fazer face às operações de financiamento no âmbito das linhas PME Investe provocou um decréscimo na captação própria por parte da Agrogarante de -29% relativamente ao ano 2009.



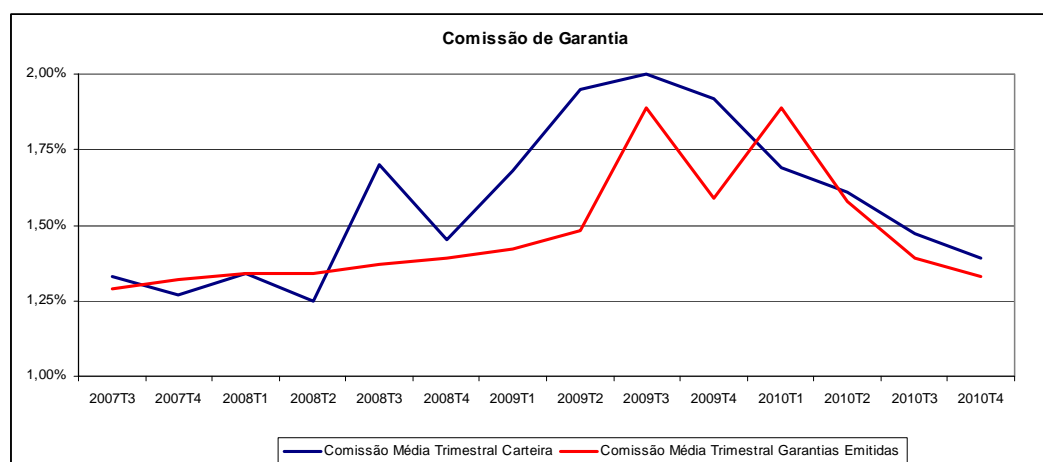
As garantias emitidas em 2010 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 203 milhões de euros.



Ao nível da actividade desenvolvida no financiamento das empresas em colaboração com os Bancos, pode-se verificar uma proximidade relativa quanto a um primeiro grupo composto pelo Banco BPI e Caixa Geral de Depósitos, seguido de outro grupo composto pelo BES, BST, Millennium BCP e Barclays, funcionando como grandes dinamizadores da Garantia Mútua. Ainda que numa dimensão menor, destacam-se os desempenhos do Banco Popular, Montepio, CCAM, BPN, BBVA e Banif.



A Comissão média de garantias emitidas no final do exercício de 2010 foi de 1,33%, registando um decréscimo de 0,26 p.p. resultando da forte intervenção nas Linhas PME Investe, que veio a afectar negativamente a comissão média da carteira histórica até 2009 (1,59%).



No que respeita à comissão média da carteira viva, esta regista um decréscimo de 0,53 p.p. em relação à comissão média do exercício do período homólogo anterior, apresentando actualmente uma percentagem de 1,39.

A carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa, ascendendo a 137,8 milhões de euros no final de 2010, o que representa um crescimento de 264,45% face aos 37,8 milhões de euros registados no final de 2009.

As garantias prestadas pela Agrogarante encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume o mínimo 50% da garantia emitida. Evidencia-se em 2010 a manutenção da tendência de aumento da contragarantia prestada

pelo FCGM. A contragarantia representa 84,12 % da carteira viva sendo, portanto o risco líquido assumido pela Agrogarante é de 15,88%.

<b>Montante anual (em Euros)</b>				
	<b>Carteira Viva</b>	<b>Contragarantia</b>	<b>Risco Financeiro</b>	<b>% Cobertura</b>
<b>2007</b>	11 068 421,87	8 145 276,09	2 923 145,78	73,59%
<b>2008</b>	25 565 800,86	18 758 414,89	6 807 385,97	73,37%
<b>2009</b>	37 806 638,11	27 758 394,60	10 048 243,51	73,42%
<b>2010</b>	137 785 870,80	115 910 008,05	21 875 862,75	84,12%

<b>Taxa de crescimento anual</b>				
	<b>Carteira Viva</b>	<b>Contragarantia</b>	<b>Risco Financeiro</b>	<b>% Cobertura</b>
<b>2007</b>	-	-	-	-
<b>2008</b>	130,98%	130,30%	132,88%	-0,30%
<b>2009</b>	47,88%	47,98%	47,61%	0,07%
<b>2010</b>	264,45%	317,57%	117,71%	14,58%

No final de 2010 a Agrogarante detinha 1 520 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de acções por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Agrogarante, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.

<b>Dados de Actividade</b>	<b>2010</b>
Novos Mutualistas	1323
Total de Mutualistas	1520
Comissão média do ano	1,33%
Comissão média da carteira	1,39%

### **Política de Remunerações e prémios**

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os colaboradores da sociedade auferem o respectivo salário, podendo ser elegíveis para a atribuição de um prémio semestral de performance, nos termos de um modelo de avaliação definido, que contempla variáveis quantitativas e qualitativas. Por regra, só os colaboradores com mais de um ano de casa são elegíveis para prémios, e estes poderão atingir até um total anual de 2 meses de salário, sendo superiores apenas em casos absolutamente excepcionais e analisados caso a caso entre as chefias respectivas e a Administração Executiva diária.

## Análise económica e financeira

Em 2010, a Agrogarante registou, à semelhança do ano anterior, um acentuado crescimento do seu nível de actividade obtendo resultados significativos, em termos absolutos e quando comparados com 2009. Assim, a Margem Financeira no valor de 300,5 mil euros reflecte um aumento de 73,7% e o Produto Bancário no valor de 1,4 milhões de euros um aumento de 125%.

Os Impostos correntes estimados ascendem a 166,4 mil euros tendo-se agravado, face a 2009, em 711,9% sendo, no entanto, totalmente absorvido pelo reconhecimento de impostos diferidos, que, em 2010, ascenderam a 246,8 mil euros.

Este procedimento é feito na sequência da adaptação da contabilidade da Agrogarante à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, do International Accounting Standards Committee – IASB, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2010, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e os impostos diferidos resultantes das novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Deste modo, o resultado do exercício (após impostos) foi, em 2010, de 237,1 mil euros negativos, representando 12,8% do total dos proveitos.

RESULTADO	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	1.853.755,06	100,0	934.292,45	100,0	919.462,61	98,4
Total de Custos	2.171.226,78	117,1	1.256.371,72	134,5	914.855,06	72,8
Resultado Antes de Impostos (1)	- 317.471,72	-17,1	- 322.079,27	-34,5	4.607,55	-1,4
Impostos correntes	- 166.413,92	-9,0	- 20.497,37	-2,2	- 145.916,55	711,9
Impostos diferidos	246.790,48	13,3	102.403,83	11,0	144.386,65	141,0
Resultado do Exercício	- 237.095,16	-12,8	- 240.172,81	-25,7	3.077,65	-1,3

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2010, o valor de 1,9 milhões de euros, reflectindo um aumento de 98,4% quando comparado com o exercício anterior.

Aquele crescimento resulta essencialmente do aumento dos Rendimentos de Serviços e Comissões (690,5 mil euros), dos Juros e rendimentos similares ( 113,1 mil euros), das Reposições Associadas a

Créditos a Clientes (94,4 mil euros) e de Reposições do Exercício (20,8 mil euros).

PROVEITOS	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	312 961,27	16,9	199 838,72	21,4	113 122,55	56,6
Rendimentos de Serviços e Comissões	1 145 665,26	61,8	455 127,38	48,7	690 537,88	151,7
Outros Rendimentos de Exploração	44 228,69	2,4	43 614,31	4,7	614,38	1,4
Reposições do Exercício	253 411,70	13,7	232 622,50	24,9	20 789,20	8,9
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	97 488,14	5,3	3 089,54	0,3	94 398,60	3 055,4
<b>TOTAL</b>	<b>1 853 755,06</b>	<b>100,0</b>	<b>934 292,45</b>	<b>100,0</b>	<b>919 462,61</b>	<b>98,4</b>

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo das Reposições Associadas ao Crédito a Clientes é, em parte, explicado pela recuperação de valores de crédito provisionados a 31 de Dezembro de 2009, sendo ainda explicado pela contabilização, no exercício de 2010, de um montante relativo à reposição de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em 2009. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efectivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2010. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efectuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente, por contrapartida de reposições não aceites.

Por sua vez, a evolução da rubrica de Reposições do Exercício é, na sua quase totalidade, justificada pela variação da reposição de provisões económicas, que ocorre tanto pela concretização do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias) como, por oposição, pelo desaparecimento desses mesmos factores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico). A análise desta rubrica não pode, no entanto, ser interpretada isoladamente da componente de custos da mesma categoria de provisões, uma vez que a Agrogarante assumiu em 2010 a necessidade de reforço global líquido da carteira de provisões económicas em 211,1 mil euros.

GARANTIAS	Ano 2008		Ano 2009		Ano 2010		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
AGRO JOVENS Tec./Boa Execução	5.631	0,3	5.631	0,0	2.864	0,0	-2.767	-49,1
AGRO GERAL Tec./Boa Execução					5.631	0,0	5.631	
AGRO GERAL Bom Pagamento/Cumprimento	118.320	1,8	137.070	0,4	118.320	0,1	-18.750	-13,7
AGRO GERAL Finan. < 3 anos	1.726.535	5,9	2.467.769	6,5	1.686.667	1,2	-781.102	-31,7
AGRO GERAL Finan. >= 3 anos	21.612.332	87,9	32.209.482	85,2	34.479.567	25,0	2.270.085	7,0
AGRO JOVENS Finan. >= 3 anos	884.800	1,0	753.300	2,0	1.273.477	0,9	520.177	69,1
AGRO GERAL Subs. Públicos	1.020.909	1,0	1.974.296	5,2	1.974.296	1,4	0	
AGRO JOVENS_SUBS. PÚBLICOS	73.950	1,0	162.918	0,4	241.385	0,2	78.466	48,2
AGRO JOVENS Subs. Públicos Reaf.					246.422	0,2	246.422	
AGRO JOVENS Finan < 3 anos Reaf.					130.454	0,1	130.454	
AGRO JOVENS Finan >= 3 anos Reaf.					9.080.718	6,6	9.080.718	
AGRO JOVENS Finan < 3 anos					27.300	0,0	27.300	
AGRO LEASING 50%	123.324	1,0	96.173	0,3	821.567	0,6	725.395	754,3
QREN - PME Investe V-MPE					8.624.165	6,3	8.624.165	
QREN - PME Investe V-Geral					19.048.931	13,8	19.048.931	
QREN - PME Investe V-Geral Nova					9.467.655	6,9	9.467.655	
QREN - PME Investe VI -MPE					8.870.805	6,4	8.870.805	
QREN - PME Investe VI -Geral					28.844.461	20,9	28.844.461	
QREN - PME Investe VI - Export					8.017.436	5,8	8.017.436	
QREN - PME Investe VI -Export Nov					4.823.750	3,5	4.823.750	
<b>TOTAL</b>	<b>25.565.801</b>	<b>100,2</b>	<b>37.806.638</b>	<b>100,0</b>	<b>137.785.871</b>	<b>100,0</b>	<b>99.979.233</b>	<b>264,4</b>

A carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 264,4% em 2010, quando comparada com o ano anterior, resultado do crescimento operacional da Agrogarante em grande medida por força da intervenção das linhas de crédito PME Investe.

Já no que diz respeito aos custos suportados em 2010, o seu valor total sofreu um aumento de cerca de 914,9 mil euros em relação aos custos incorridos em 2009. Esta variação foi fortemente influenciada pelo já referido agravamento do valor das provisões do exercício (na ordem dos 725 mil euros) e do crescimento de das correcções associadas ao crédito a clientes. Estas duas rubricas, em conjunto, são responsáveis em grande parte pelo aumento dos custos acima mencionado (735,4 mil euros).

CUSTOS	Ano 2010		Ano 2009		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	12.506,19	0,7	26.823,77	2,9	- 14.317,58	-53,4
Encargos com Serviços e Comissões	46.741,57	2,5	28.661,05	3,1	18.080,52	63,1
Gastos Gerais Administrativos	202.041,88	10,9	172.066,32	18,4	29.975,56	17,4
Gastos com Pessoal	435.427,13	23,5	284.661,86	30,5	150.765,27	53,0
Amortizações do Exercício	59.735,97	3,2	66.045,23	7,1	- 6.309,26	-9,6
Outros Encargos de Exploração (2)	4.982,07	0,3	3.694,63	0,4	1.287,44	34,8
Provisões do Exercício	1.173.057,69	63,3	448.075,10	48,0	724.982,59	161,8
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	236.734,28	12,8	226.343,76	24,2	10.390,52	4,6
<b>Total de Custos antes de Impostos</b>	<b>2.171.226,78</b>	<b>117,1</b>	<b>1.256.371,72</b>	<b>134,5</b>	<b>914.855,06</b>	<b>72,8</b>

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

Em relação à variação das Provisões do Exercício, podemos afirmar que esta ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas em resultado do acompanhamento realizado à carteira com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias em curso no final do exercício.

Simultaneamente, o aumento da actividade operacional teve impacto no reforço de provisões para riscos gerais de crédito.

Em resultado da actual conjuntura económica, o nível de crédito malparado no sistema financeiro tem vindo a subir de forma particularmente acentuada desde meados de 2008. Em consequência, a rubrica Correcções Associadas ao Crédito - onde são registadas as provisões para cobertura de garantias sinistradas e pagas, bem como as notas de débito e facturas não pagas pelos clientes - registou uma variação relevante explicada, em grande parte, pela maior dimensão da carteira da Sociedade, pela actual conjuntura económica actual e seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se num maior número e valor de garantias accionadas.

O crescimento em cerca de 18,1 mil euros da rubrica de Encargos com Serviços e Comissões decorre também do crescimento da actividade da Sociedade designadamente com reflexo na comissão de contragarantia devida ao Fundo de Contragarantia Mútuo.

O impulso que a actividade sofreu tornou inevitável o reforço da estrutura base da Sociedade, sendo este facto relevado nas variações ocorridas tanto na rubrica dos recursos humanos, com uma variação positiva de cerca de 150,8 mil euros, como na rubrica de Gastos Gerais Administrativos, com uma variação positiva de 30 mil euros.

O valor do Activo líquido da Agrogarante, em Dezembro de 2010, é de cerca de 14,2 milhões de euros, superior em cerca de 7 milhões de euros face a 2009. Este acréscimo evidencia-se no aumento da liquidez da empresa (cerca de 6,4 milhões de euros), o qual resulta do aumento de capital social de 6 milhões de euros para 12 milhões de euros e no reconhecimento de impostos diferidos (aumento de cerca de 246,8 mil euros). É ainda explicada pelo crescimento da rubrica de Outros Activos (aproximadamente 475,7 mil euros e maioritariamente referentes a valores facturados e ainda não recebidos do FINOVA no quadro das linhas PME Investe).

Com um valor de Capitais Próprios de 11,2 milhões de euros, a Agrogarante apresenta uma autonomia financeira de 78,91%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. Das responsabilidades extrapatrimoniais decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010 a 137,8 milhões de euros encontram-se directamente contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 115,9 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Agrogarante ascendem a 21,9 milhões de euros, valor que representa uma alavancagem líquida de cerca de duas vezes o valor dos capitais e poderá vir a determinar, a curto prazo, a necessidade de reforço dos mesmos.

A Agrogarante apresenta um rácio de solvabilidade de 24,6%. Este rácio traduz a relação entre os fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo seu risco, pelo que o actual indicador espelha a adequabilidade dos fundos próprios da Agrogarante para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.



## **Perspectivas futuras**

O ano de 2010 confirmou uma conjuntura económica adversa e ficou marcado, no que respeita à actividade da Agrogarante, pela participação nas Linhas PME Investe. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas será um dos focos de actuação da Sociedade.

Por outro lado, a expectativa de manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

A continuação das medidas de apoio governamental através das Linha PME Investe, para além de outras medidas entretanto já anunciadas, provocarão um impacto com potencial de amplitude semelhante a 2010, nomeadamente no que respeita ao crescimento da carteira e, principalmente, quanto ao número de novas empresas mutualistas. Novamente a Sociedade terá o repto de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir em prol da PME nacionais.

Para o ano de 2011 mantém-se como desafio à sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projectos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda dinamizar significativamente a base existente de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição das Linhas PME Investe, que implicam elevados picos de produção. A aproximação directa ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Agrogarante, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após quatro anos de intervenção junto do mercado, a Agrogarante procura continuar e reforçar a sua

actividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de actividade é demonstrativa da receptividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas. Está prevista a abertura de uma agência no norte do país, no entanto a Sociedade continuará a estudar a possibilidade de, a prazo, realizar a abertura de novas agências.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Agrogarante melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

## Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2010, encontraram na Agrogarante o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua. A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Ao IFAP, ao IAPMEI, ao Gabinete do Gestor do PRODOR, ao Gabinete do Gestor do QREN, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Economia e da Inovação, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e à PME Investimentos, bem como aos Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME nacionais.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Garval, Lisgarante e Norgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Agrogarante, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Agrogarante um bom trabalho em prol do tecido empresarial português. Em particular se pretende relevar o esforço demonstrado na resposta às solicitações decorrentes das Linhas PME Investe, com manutenção de um padrão de qualidade de serviço elevado, que apenas se tornou possível através da dedicação revelada por toda a equipa.

## **Proposta de aplicação de resultados**

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2010, no valor de €237 095,16:

- Para Resultados Transitados (€237 095,16)

Coimbra, 3 de Fevereiro de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

### III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

#### Balanço em 31 de Dezembro de 2010

	Ano 2010		Ano 2009	
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)	Valor líquido
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	1.250,00		1.250,00	1.250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	204.635,91		204.635,91	182.364,43
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	11.588.669,06		11.588.669,06	5.258.723,68
Crédito a clientes	377.595,55	367.251,86	10.343,69	10.836,70
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	1.602.958,37	244.483,58	1.358.474,79	1.404.074,57
Activos intangíveis	17.581,41	15.705,26	1.876,15	2.808,08
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	446.108,27		446.108,27	199.317,79
Outros activos	635.717,23		635.717,23	160.051,34
<b>Total de Activo</b>	<b>14.874.515,80</b>	<b>627.440,70</b>	<b>14.247.075,10</b>	<b>7.219.426,59</b>

	Ano 2010	Ano 2009
Passivos Eventuais	137.785.870,80	37.806.638,11
- Garantias e Avais	137.785.870,80	37.806.638,11
Compromissos		
- Outros	3.388.355,00	1.193.900,00

	Ano 2010	Ano 2009
<b>PASSIVO</b>		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	1.485.435,19	565.789,20
Passivos por impostos correntes	150.104,76	17.866,51
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	1.368.979,83	1.156.120,40
<b>Total de Passivo</b>	<b>3.004.519,78</b>	<b>1.739.776,11</b>
<b>CAPITAL</b>		
Capital	12.000.000,00	6.000.000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias		
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-520.349,52	-280.176,71
Resultado do exercício	-237.095,16	-240.172,81
Dívidos antecipados		
<b>Total de Capital</b>	<b>11.242.555,32</b>	<b>5.479.650,48</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>	<b>14.247.075,10</b>	<b>7.219.426,59</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010

	Ano 2010	Ano 2009
Juros e rendimentos similares	312 961,27	199 838,72
Juros e encargos similares	-12 506,19	-26 823,77
Margem financeira	300 455,08	173 014,95
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	1 145 665,26	455 127,38
Encargos com serviços e comissões	-46 741,57	-28 661,05
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	39 246,62	39 919,68
Produto Bancário	1 438 625,39	639 400,96
Custos com pessoal	-435 427,13	-284 661,86
Gastos gerais administrativos	-202 041,88	-172 066,32
Amortizações do exercício	-59 735,97	-66 045,23
Provisões líquidas de reposições e anulações	-919 645,99	-215 452,60
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-139 246,14	-223 254,22
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultado antes de impostos	-317 471,72	-322 079,27
Impostos		
Correntes	-166 413,92	-20 497,37
Diferidos	246 790,48	102 403,83
Resultado após impostos	-237 095,16	-240 172,81



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

---

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010**

(valores em EUROS)

### **Introdução**

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50 anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

### **NOTA 3 - Critérios de avaliação**

#### **ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS**

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

#### **ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS**

Os activos tangíveis e intangíveis classificados estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

#### **PROVISÕES E CORRECÇÃO DE VALORES ASSOCIADOS A CRÉDITO A CLIENTES**

##### **NO PASSIVO**

- 1) Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de

cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;

- 2) Uma provisão para garantias vivas, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas.

## **NO ACTIVO**

- 1) Correções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
  - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito vencidos;
  - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

## **ESTIMATIVA DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS**

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

**NOTA 11 - Movimentos do activo tangível e intangível**

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências		Amortização do exercício	Valor líquido 2010-12-31
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações		
<b>ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Despesas estabelecimento								
Custos plurianuais								
Outras	16.873,41	14.065,33	708,00				1.639,93	1.876,15
	16.873,41	14.065,33	708,00				1.639,93	1.876,15
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>								
Imóveis de serviço próprio								
Outros imóveis								
Equipamento	67.405,42	47.656,52	12.496,26		33.921,08	25.237,08	20.264,58	20.664,58
Locação financeira								
Imóveis	1.429.312,94	68.627,01					22.875,72	1.337.810,21
Equipamento	93.743,75	70.104,01			-33.921,08	-25.237,08	14.955,74	0,00
	1.590.462,11	186.387,54	12.496,26				58.096,04	1.358.474,79

No exercício de 2010, a Agrogarante reforçou os equipamentos e ferramentas ao dispor da sua equipa de forma a manter os níveis de serviço adequados ao crescimento da actividade. Este facto justifica o investimento de cerca de 12,5 mil euros realizado no exercício que finda.

Importa realçar a diminuição do equipamento em locação financeira resultante do final do contrato de leasing de uma viatura e consequente transferência para a rubrica de equipamento.

**NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito**

	Ano 2010	Ano 2009
<b>APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
Até 3 meses	4 995 302,15	4 457 414,79
De 3 meses a 1 ano	6 593 366,91	801 308,89
	11 588 669,06	5 258 723,68
<b>CRÉDITO A CLIENTES</b>		
Até 3 meses	23 427,47	8 219,90
De 3 meses a 1 ano	97 609,49	136 038,44
De 1 a 5 anos	256 558,59	94 584,08
	377 595,55	238 842,42

A rubrica Aplicações em Instituições de Crédito reflecte os montantes aplicados pela Agrogarante em depósitos a prazo, bem como os respectivos juros vincendos que, em Dezembro de 2010 ascendiam a 15,7 mil euros. A variação verificada nesta rubrica resulta dos fluxos financeiros arrecadados pelo aumento de capital social de 6 para 12 milhões ocorrido em Março deste ano.

A variação no Crédito a Clientes reflecte as dívidas resultantes da execução de garantias (liquidadas do reembolso do Fundo de Contragarantia Mútuo) e da não cobrança de comissões de garantia. Esta rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2009 consequência de um crescimento da sinistralidade ocorrida ao longo de todo o ano que finda.

### NOTA 23 - Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avales prestados referem-se à prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales). Os outros compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de acções.

	Ano 2010	Ano 2009
<b>GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS</b>		
Garantias e avales	137.785.870,80	37.806.638,11
	137.785.870,80	37.806.638,11
<b>GARANTIAS RECEBIDAS</b>		
Contragarantias	115.910.008,05	27.758.394,60
Avalistas	362.408.564,02	112.529.055,02
Penhor acções	3.368.055,00	1.193.900,00
Hipotecas	43.151.980,96	29.305.012,68
	524.838.608,03	170.786.362,30
<b>COMPROMISSOS</b>		
Revogáveis		
Irrevogáveis	3.388.355,00	1.193.900,00
	3.388.355,00	1.193.900,00

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições participantes. A Agrogarante considera

contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista seja chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 353 238 787,73 euros de valores de operações avalizadas.

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é efectiva e que entraram em incumprimento, foram contabilizados:

- 9 169 776,29 euros de valores de operações avalizadas.

## NOTA 24 - Movimento das provisões

	Ano 2009	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2010
<b>CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO</b>					
Crédito e Juros Vencidos	228.005,72	236.734,28		97.488,14	367.251,86
	228.005,72	236.734,28		97.488,14	367.251,86
<b>PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO</b>					
Aviso nº 3/95 B.P.	100.482,44	146.571,63		28.295,44	218.758,63
Outros	1.354,12	5.808,98		1.131,54	6.031,56
<b>PARA GARANTIAS</b>					
Provisões Económicas	463.952,64	1.020.677,08		223.984,72	1.260.645,00
	565.789,20	1.173.057,69		253.411,70	1.485.435,19
	793.794,92	1.409.791,97		350.899,84	1.852.687,05

O quadro resumo das provisões evidencia, por um lado, o incremento da actividade operacional da Sociedade traduzindo-se num aumento das Provisões para Risco Gerais de Crédito, 117,7% face ao exercício anterior e, por outro lado, o aumento da sinistralidade durante o exercício com efeito na rubrica de Correções Associadas ao Crédito a Clientes.

A Agrogarante efectua ainda, com regularidade, a avaliação dos riscos relativos à sua carteira de garantias vivas, tendo em vista a constituição de provisões para riscos económicos em nível adequado.

No exercício de 2010 o valor das provisões económicas na Agrogarante, ascende a cerca de 1,3 milhões de euros registando um aumento (171,7%) face ao ano anterior. Este reforço reflecte a ponderação de diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de Dezembro de 2010 e também a deterioração generalizada da condição financeira das empresas portuguesas

### NOTA 29 - Capital Próprio

	Ano 2009	Aumentos	Diminuições	Ano 2010
<b>CAPITAL PROPRIO</b>				
Capital Social	6.000.000,00	6.000.000,00		12.000.000,00
Reserva Legal	410,00			410,00
Reserva Estatutária	3.694,77			3.694,77
Resultados Transitados	- 284.281,48	- 240.172,81		- 524.454,29
Resultado Líquido do Exercício	- 240.172,81	- 237.095,16	- 240.172,81	- 237.095,16

Em Março de 2010, a Sociedade realizou um aumento de Capital Social, procedendo à emissão de 6 milhões de acções com um valor nominal de € 1,00/cada.

### NOTA 31 - Outros activos e passivos

As contas de Outros Activos e Outros Passivos apresentam os seguintes saldos:

	Ano 2010	Ano 2009
<b>OUTROS ACTIVOS</b>		
Conta Caução		831,80
Devedores e outras aplicações	603 988,28	135 412,22
Outros activos	10 000,00	10 000,00
	<b>613 988,28</b>	<b>146 244,02</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Outras Contas de Regularização	2 991,24	7 484,25
Rendimentos a Receber	13 388,80	3 444,00
Despesas com encargo diferido	5 348,91	2 879,07
	<b>21 728,95</b>	<b>13 807,32</b>
	<b>635 717,23</b>	<b>160 051,34</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		
Credores diversos	30 826,43	16 393,62
Fornecedores de locação financeira	826 378,24	918 099,59
Outras exigibilidades	24 374,75	11 468,63
Outros	2,68	-
	<b>881 582,10</b>	<b>945 961,84</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Encargos a pagar	62 398,25	40 913,09
Receitas com rendimento diferido	424 999,48	169 245,47
	<b>487 397,73</b>	<b>210 158,56</b>
	<b>1 368 979,83</b>	<b>1 156 120,40</b>

No activo, a rubrica de Devedores e Outras Aplicações, com um valor de 604 mil euros, é constituída, essencialmente, pelos valores facturados ao FINOVA, ao abrigo das linhas PME Investe, e que se encontram em processo de cobrança/validação conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas.

Dado o aumento substancial da actividade, esta rubrica registou uma variação bastante significativa, 468,6 mil euros, face a 2009.

Os outros activos, com um valor de 10 mil euros incluem as obras de arte doadas à Sociedade.



As contas de regularização incluídas nos outros activos, contemplam, entre outras rubricas os rendimentos a receber respeitantes aos estágios comparticipados pelo IEFP, no montante de 13,4 mil euros, as despesas relativas ao diferimento de prémios de seguros em cerca de 1,5 mil euros e adiantamentos a fornecedores na ordem dos 1,6 mil euros.

Em relação aos outros passivos o valor dos credores diversos diz respeito a fornecimentos correntes.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias (com valor de 822,4 mil euros) e equipamentos de transporte (com valor de 4 mil euros) e representa 5,8% do valor do total do activo líquido da Sociedade.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

As contas de regularizações incluídas nos outros passivos são constituídas, essencialmente, pelas Receitas com Rendimento Diferido, com o valor aproximado de 425 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de Encargos a Pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar em 2011).

#### **NOTA 34 - Volume de emprego**

Administração	5
Quadros directivos e técnicos	13
Secretariado	1

Em linha com o aumento de actividade de carácter sazonal, acresce ao volume de emprego 2 funcionários de trabalho temporário.

**NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais**

	Ano 2010	Ano 2009
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	15.069,00	11.500,00
Conselho Fiscal	8.073,50	7.908,00
Assembleia Geral	1.400,00	850,00
Comissão Executiva	46.200,00	35.100,00
	70.742,50	55.358,00

No ano de 2010 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantida como prática ao longo dos anos, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em termos discriminados, foram os seguintes os valores processados aos Membros do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Fiscal Único no ano findo:

**Senhas de Presença:**

	Conselho de Administração	Comissão Executiva
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 4 800,00	€ 26 400,00
Carlos Alberto Rodrigues Alexandre	€ 3 000,00	€ 10 500,00
Banco BPI, S.A.,	€ 3 300,00	€ 9 300,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 3 969,00	

Quanto ao Fiscal Único,

**Remunerações:**

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.

€ 8 073,50

**NOTA 39 - Outros resultados de exploração**

	Ano 2010	Ano 2009
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Impostos	1.753,36	1.976,02
Outros	3.228,71	1.718,61
	4.982,07	3.694,63
PROVEITOS		
Prestação de serviços	31.450,00	24.975,00
Reembolso de despesas	12,48	1.040,85
Outros	12.766,21	17.598,46
	44.228,69	43.614,31
	39.246,62	39.919,68

Ao nível dos custos, as rubricas de Impostos Indirectos (cerca de 2 mil euros) e Outros Encargos Operacionais (cerca 3,2 mil euros) verificaram, em conjunto, um acréscimo de cerca de 1,3 mil euros.

A rubrica de Impostos está relacionada com o imposto do selo suportado pela Agrogarante relativo a operações inerentes à actividade operacional.

A rubrica dos Outros custos diz essencialmente respeito a regularizações de exercícios anteriores.

Nos proveitos é de salientar o aumento, em cerca de 6,5 mil euros, na rubrica de Prestação de serviços e que diz respeito às comissões de análise, montagem e emissão de garantias liquidadas pela Sociedade em consequência do crescimento da actividade durante o exercício de 2010. A variação na rubrica dos Outros Proveitos provém, em grande escala, dos subsídios atribuídos por parte do IEFP relativo aos estágios profissionais.

#### NOTA 41 - Carga fiscal

	Ano 2010	Ano 2009
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)		
Imposto corrente apurado no exercício	-166.413,92	-20.497,37
Pagamentos por conta	14.112,00	
Pagamentos especiais por conta	2.197,16	2.630,86

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2010, com o valor aproximado de 166,4 mil euros, encontra-se já parcialmente liquidado através dos pagamentos por conta no valor de 14 mil euros e dos pagamentos especiais por conta no valor de 2,2 mil euros.

#### NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 2010-12-31
<b>IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>			
Imóveis	1.429.312,94	91.502,73	1.337.810,21
Equipamento	59.822,67	59.822,67	-
	<b>1.489.135,61</b>	<b>151.325,40</b>	<b>1.337.810,21</b>

O imobilizado em regime de locação financeira apresenta um valor líquido de 1,3 milhões de euros no final do Exercício de 2010.

### NOTA 51 - Outras informações

	Ano 2009	Reforços	Reposições	Ano 2010
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	26 627,85	36 931,93	5 588,74	57 971,04
Em provisões económicas	122 947,44	270 479,42	59 355,94	334 070,92
Em provisões para devedores diversos	358,85	1 539,38	299,86	1 598,37
	<b>149 934,14</b>	<b>308 950,73</b>	<b>65 244,54</b>	<b>393 640,33</b>
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido	49 383,65	27 115,47	24 031,18	52 467,94
	<b>199 317,79</b>	<b>336 066,20</b>	<b>89 275,72</b>	<b>446 108,27</b>

A variação observada nos Impostos Diferidos confirma o já mencionado anteriormente. Assim, constata-se o reforço ocorrido neste exercício relativamente aos impostos diferidos para provisões económicas (em linha com o reforço da mesma rubrica) e para correcções associadas ao crédito vencido (devido ao aumento da sinistralidade registada em 2010). É também visível a reposição de uma parte dos impostos diferidos constituídos no exercício anterior para estas duas rubricas. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas, que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento

dos impostos diferidos.

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

---

**Anexo****ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2010 nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	1 800 000 acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	619 820 acções
Banco BPI, S. A.	552 910 acções
Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo	164 550 acções

**ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2010, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	19,92%
IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	15,00%

**ACCIONISTAS PROMOTORES**

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

---

Accionista Promotor	N.º de Acções	%
SPGM - Sociedade de Investimento S.A.	2 390 340	19,92%
IFAP, I.P. - Instituto de Financiamento da Agricu	1 800 000	15,00%
Banco Comercial Português, S.A.	728 290	6,07%
Banco Espírito Santo, S.A.	649 125	5,41%
Banco Santander Totta, S.A.	634 470	5,29%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	619 820	5,17%
Banco BPI, S.A.	552 910	4,61%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	164 550	1,37%
Total Accionistas Promotores	7 539 505	62,83%

---



## IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., referentes ao exercício findo em 2010 Dezembro 31.

Ao longo deste período, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as respectivas notas anexas.

Considerando que o Relatório de Gestão, que contém uma proposta para aplicação dos resultados, explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados pela Assembleia Geral:

- 1) O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras acima, referentes ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2011 Fevereiro 14

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

## V. Certificação Legal de contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

NEXIA  
INTERNATIONAL

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2010 Dezembro 31 (que evidencia um total de € 14 247 075 e um total de capital próprio de € 11 242 555, incluindo um resultado líquido negativo de € 237 095), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Peessoa Colectiva 502 270 136. Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 250 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 56440. Capital Social 50 000 Euro.  
Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 · 7.<sup>o</sup>  
4300-504 PORTO · PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax (+351) 225 193 661  
info@santoscarvsroc.pt  
www.santoscarvsroc.pt

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2010 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2011 Fevereiro 14

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

Pessoa Colectiva 502 270 136. Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 250 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 56440. Capital Social 50 000 Euro.  
Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 · 7.º  
4300-504 PORTO · PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax (+351) 225 193 661

info@santoscarsroc.pt  
www.santoscarsroc.pt

## VI. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140  
Fax: +351 226 166 149  
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E,  
Escritório 3.2  
4100-455 Porto

### CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS (Relatório de Auditoria)

#### Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo líquido de 14 247 075 euros e capitais próprios de 11 242 555 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 237 095 euros), a Demonstração dos Resultados e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2010, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

  
BDO & Associados SMC  
Porto, 17 de Fevereiro de 2011

BDO é Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122. A BDO é Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.